



# MOÇAMBIQUE

Relatório 2016 sobre as Instituições Públicas  
Abertas & Fechadas em Moçambique

## INTRODUÇÃO

Em 2004, durante o último ano do mandato do Presidente Joaquim Chissano, o Parlamento Moçambicano aprovou a revisão da Constituição da República de Moçambique (CRM) que estabelece, no seu artigo 48, o Direito à Informação, em seguimento do mesmo direito previsto na Constituição da República de 1990, que inaugura o multipartidarismo, no País. Um ano depois, em 2005, o primeiro ano do mandato do Presidente Armando Guebuza, o Instituto de Comunicação Social da África Austral, capítulo de Moçambique (MISA Moçambique) elaborou e submeteu ao Parlamento a proposta de Lei do Direito à Informação.

A proposta permaneceu engavetada no Parlamento durante nove anos, enquanto as organizações da sociedade civil desdobravam-se em diversas acções de lobby e advocacia em vista a aprovação da Lei. Só em 2013, surgem sinais de interesse da Assembleia da República num debate mais sério que culminou com diversas acções de auscultação para a reformulação da proposta da lei. No princípio de 2014, último ano do mandato de Armando Guebuza, o Parlamento, no meio de muita pressão da sociedade civil, decidiu agendar a proposta para debate público. Em Agosto do mesmo ano, após uma série de sessões de debates é aprovada, na generalidade, no Parlamento, a Lei do Direito à Informação. Em Novembro, o Parlamento viria a aprovar a proposta na especialidade.

A proposta foi a seguir promulgada e publicada no Boletim da República (jornal Oficial da República de Moçambique) a 31 de Dezembro de 2014. A Lei do Direito à Informação carecia, no entanto, do regulamento para a sua operacionalização. Neste contexto, a 31 de Dezembro de 2015, o Governo aprova e publica no Boletim da República o Regulamento do Direito à Informação, permitindo, deste modo a plena implementação da lei.

Um ano e meio após a entrada em vigor da lei do Direito à Informação, parece não ter ainda mudado o ambiente do acesso à informação em Moçambique. A percepção das organizações da Sociedade Civil, dos jornalistas e das instituições de investigação é de que a lei ainda não está em plena implementação, o que dificulta o direito à informação. São vários os obstáculos à plena implementação da lei, nomeadamente a incapacidade do Estado em prover, em pouco tempo, recursos humanos e financeiros para a implementação destes instrumentos, como a contratação ou indicação técnico de informação para atenderem os pedidos de informação em cada instituição detentora de informação pública; a deficiência dos arquivos destas instituições; a cultura de secretismo enraizado no Estado; a falta de vontade política para a implementação da lei; a cultura de centralismo e do medo, entre outros factores.

Em 2016, a IBIS, uma Organização Não Governamental dinamarquesa, assinou um memorando de entendimento com o Governo, através do Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP) nos termos do qual funcionários públicos e outros agentes de Estado vão beneficiar, nos próximos três anos, de acções de capacitação em matérias ligadas ao direito à informação, uso estratégico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para efeitos de facilitação do acesso à

informação enquanto direito fundamental em Moçambique. Espera-se que esta iniciativa venha melhorar o ambiente do acesso à informação em Moçambique.

## FUNDAMENTAÇÃO E PARÂMETROS DO ESTUDO

Volvido um ano e meio após a entrada em vigor da Lei do Direito à Informação e pouco mais de meio ano em que vigora o Regulamento do Direito à Informação, poucos estudos existem que avaliem os níveis de abertura e de falta de abertura das instituições públicas e privadas, detentoras de informação de interesse público. Apenas se reconhece a existência de um estudo, mas também não exaustivo, realizado em 2016, pela Rede de Comunicadores Amigos de Crianças (RECAC) e pela Associação Moçambicana das Mulheres na Comunicação Social (AMCS) que, simulando pedidos de informação, mostra que as 49 entidades abrangidas não prestam informações detalhadas, o que não ajuda a compreender os dados disponibilizados. De acordo com o mesmo relatório, o servidor público conhece a existência dos dispositivos que regulam o acesso à informação, mas ainda não os coloca em prática.

O presente estudo pretende aferir o nível de acessibilidade ou falta de abertura das instituições em relação à disponibilidade de informação de interesse público, um ano e meio depois da introdução da lei. A maneira como a informação está depositada na instituição pode ditar o formato de acesso ou disponibilização da mesma, o que por sua vez ditou a formulação do pedido feito a cada instituição.

**Observação:** Devido à falta de tempo para solicitar entrevistas e fazer a verificação das informações, o MISA Moçambique, considerando o período de início do estudo e a data do fecho, avaliou os entrevistados em 8 dos 10 critérios na Categoria 2. A pontuação geral foi ajustada e difere, portanto dos demais países que fizeram parte do estudo.

### Objectivo geral do Estudo

O objectivo geral do Estudo é avaliar o nível de abertura das instituições no que diz respeito a disponibilização de informação de interesse público aos cidadãos.

### Objectivos específicos

São os objectivos específicos os seguintes:

1. Aferir o grau de dificuldades que o cidadão tem para aceder a informação nas instituições públicas e privadas detentoras de informação de interesse público
2. Medir o tempo que as instituições levam para conceder a informação;
3. Analisar o tipo de informação disponível nos sites das instituições que detêm informação de relevo no actual contexto político e económico de Moçambique, assim como o grau da sua actualização;

### Metodologia

Para o presente estudo foi elaborada uma lista de 10 instituições a serem avaliadas e um total de 10 pedidos de informação. Não houve um critério para a escolha das instituições, senão o serem

detentoras de informação que possa ser de muito interesse para os moçambicanos, considerando o actual contexto político e económico do País.

A cada uma das 10 instituições foi enviado um questionário/ pedido de informação concreta, a ser seguido de uma visita às instituições para avaliar a sua qualidade, interesse público e actualidade. O artigo 3 (Lei n.º 34/2014 de 31 de Dezembro: Lei do Direito à Informação) e artigo 2 (Decreto n.º 35/2015 de 31 de Dezembro: Aprova o Regulamento da Lei do Direito à Informação) estabelecem que a Lei e o respectivo Regulamento do Direito à Informação aplicam-se também “às entidades privadas que, ao abrigo da Lei ou por contrato, realizem actividades de interesse público ou que, na sua actividade, beneficiem de recursos públicos de qualquer proveniência e tenham em seu poder informação de interesse público.” Assim sendo, foi incluída no estudo a empresa TRAC por ser detentora de informação pública muito relevante.

É importante referir que a análise dos sites das instituições reflectida no presente relatório foi realizada nos dias 28 e 29 de Agosto. Esta referência é importante, uma vez que em alguns casos, as páginas das instituições analisadas encontravam-se fora da rede (inactiva), outras em manutenção e outras instituições sem páginas webs.

O processo decorreu no período entre 2 e 23 de Agosto de 2016. Foram avaliadas as seguintes instituições:

1. Banco de Moçambique
2. Direcção Nacional do Tesouro
3. Electricidade de Moçambique
4. Fundo de Promoção Desportiva
5. Maputo Sul (Empresa)
6. Ministério das Finanças
7. Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
8. Ministério dos Transporte e Comunicações
9. Missão Moçambique
10. Trans African Concessions (TRAC)

São, ao todo, sete instituições do Estado, duas instituições públicas (Electricidade de Moçambique e Maputo Sul) e uma privada (TRAC).

- Em alguns casos existem documentos como relatórios e estudos de interesse público.

De forma específica, constatou-se que existem

- Instituições públicas relevantes que ainda não estão presentes na internet, como é o caso da *Missão Moçambique*.
- Instituições que embora autónomas, permanecem nos sites das instituições que as tutelam, por exemplo, o *Fundo de Promoção Desportiva*
- Instituições públicas relevantes, como o *Ministério dos Transportes e Comunicações* com o site fora de serviço.

Em muitos casos, os sites das instituições encontram-se desactualizados e a presença nas redes sociais é limitada ou inexistente.

## CATEGORIA 2: Pedido de informação

Após os pedidos efectuados e a análise das respostas aos pedidos e das entrevistas realizadas às instituições concluímos que:

- Nenhuma instituição respondeu aos pedidos dentro dos 21 dias estabelecidos pela lei
- Das instituições apenas uma respondeu, mas fez-lo 23 dias depois, ou seja, dois dias após o limite estabelecido pela Lei. As restantes não responderam.
- Grande parte das instituições que aceitou a visita às suas instalações não dispõe de arquivos de informação organizados

## RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

### Categoria 1: Análise do site

De forma geral

- Existe pouca informação de relevo ligada à prestação de contas
- Esta informação não está actualizada
- Assim sendo, não atrai o interesse de consulta por parte dos cidadãos
- Em muitos casos existem informações gerais sobre eventos e documentos institucionais da estrutura organizacional

# CONCLUSÕES DETALHADAS

## 1. BANCO DE MOÇAMBIQUE

### CATEGORIA 1: SITE

<http://www.bancomoc.mz>

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação  |
|---|-----|-----|---------|--|
| 1. O site contém informações actualizadas?  | •   |     |         |  |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |  |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? |     |     | •       | O site contém informações sobre o Banco, a sua estrutura organizacional (a posição do conselho de administração), mas não apresenta as suas responsabilidades. |
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?   | •   |     |         | Land laws and Acts District Land and Housing Tribunal Unit   |
| c) Relatórios, políticas, programas?  | •   |     |         |  |
| d) Orçamento e despesas?  |     | •   |         |  |
| e) informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?  |     | •   |         |  |
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?   | •   |     |         | Não apresenta horário de funcionamento da instituição  |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?  |     |     | •       | Não tem informação para contactos específicos  |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?   |     |     | •       |  |
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?  | •   |     |         |  |

**Pontuação total: 13/20**

### CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

**O seguinte pedido de informação foi enviado ao Banco de Moçambique:**

1. Quais foram os custos iniciais e os custos finais do projecto do novo edifício do Banco de Moçambique
2. O projecto da construção
3. A acta de adjudicação das obras ao empreiteiro
4. O contrato entre o Banco e o Empreiteiro

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação? |     | •   |         |   |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?                                      |     | •   |         |   |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?                                  |     | •   |         |   |
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?  |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  |     | •   |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     |     | •   |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             |     | •   |         |   |
| 10. A informação recebida era clara e compreensível?   |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |

**Total Score: 0/16**

## 2. DIRECÇÃO NACIONAL DO TESOURO

### CATEGORIA 1: SITE

[www.mpd.gov.mz/index.php/direccao-nacional-de-tesouro-dnt](http://www.mpd.gov.mz/index.php/direccao-nacional-de-tesouro-dnt)

A direcção Nacional do Tesouro não tem um site próprio, sendo parte do Ministério das Finanças tem uma página onde apresenta os seus elementos institucionais ([www.mpd.gov.mz/index.php/direccao-nacional-de-tesouro-dnt](http://www.mpd.gov.mz/index.php/direccao-nacional-de-tesouro-dnt))

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação |
|---|-----|-----|---------|-----------------|
| 1. O site contém informações actualizadas?  |     | •   |         |                 |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |                 |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? | •   |     |         |                 |
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?   |     | •   |         |                 |
| c) Relatórios, políticas, programas?  | •   |     |         |                 |
| d) Orçamento e despesas?  |     | •   |         |                 |
| e) informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?  |     | •   |         |                 |
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?   |     | •   |         |                 |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?  | •   |     |         |                 |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?   |     | •   |         |                 |
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?  |     | •   |         |                 |

**Pontuação total: 06/20**

### CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

**O seguinte pedido de informação foi enviado à Direcção Nacional do Tesouro:**

- Qual foi a fonte de proveniência do crédito de 3.8 mil milhões de meticais contraído para o financiamento dos X Jogos Africanos, realizados em Setembro de 2011, em Maputo?

2. Qual foi o destino dado aos valores remanescentes (não aplicados), correspondentes a 56%, uma vez que a execução foi de 44%?

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?           |     | •   |         |   |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?  |     | •   |         |   |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?  |     | •   |         |   |
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?            |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  |     | •   |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     |     | •   |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             |     | •   |         |   |
| 10. A informação recebida era clara e compreensível?   |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |

**Total Score: 0/16**

### 3. ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE

#### CATEGORIA 1: SITE

<http://www.edm.co.mz/>

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação                                     |
|---|-----|-----|---------|---|
| 1. O site contém informações actualizadas?  | •   |     |         |   |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |   |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? |     |     | •       | Não apresenta as responsabilidades da administração |
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?   | •   |     |         |   |
| c) Relatórios, políticas, programas?  | •   |     |         |   |
| d) Orçamento e despesas?  |     | •   |         |   |
| e) informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?  |     | •   |         |   |
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?   | •   |     |         |   |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?  |     |     | •       | Não tem horário de funcionamento                    |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?   |     | •   |         |   |
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?  | •   |     |         |   |

**Pontuação total: 12/20**

## CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

### O seguinte pedido de informação foi enviado à Electricidade de Moçambique

- Quais os valores que a EDM pagou, por cada ano, às empresas prestadoras de serviços no âmbito das Parcerias Público-Privadas, entre 2010-2015?
- Qual é o valor que cada empresa recebeu da EDM por cada ano durante esse período?

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?           |     | •   |         |   |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?  |     | •   |         |   |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?  |     | •   |         |   |
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?            |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  |     | •   |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     |     | •   |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             |     | •   |         |   |
| 10. A informação recebida era clara e compreensível?   |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |

Total Score: 0/16

## 4. FUNDO DE PROMOÇÃO DESPORTIVA

### CATEGORIA 1: SITE

[http://www.mjd.gov.mz/index.php?option=com\\_content&view=article&id=153&Itemid=136&lang=pt](http://www.mjd.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=153&Itemid=136&lang=pt)

Embora seja uma instituição autónoma, o que pressupõe o dever de ter o seu próprio site, o Fundo de Promoção Desportiva não tem, resumindo-se a uma página no site do Ministério da Juventude e Desportos ([http://www.mjd.gov.mz/index.php?option=com\\_content&view=article&id=153&Itemid=136&lang=pt](http://www.mjd.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=153&Itemid=136&lang=pt))

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação |
|---|-----|-----|---------|-----------------|
| 1. O site contém informações actualizadas?  |     | •   |         |                 |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |                 |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? | •   |     |         |                 |
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?   |     | •   |         |                 |
| c) Relatórios, políticas, programas?  |     | •   |         |                 |
| d) Orçamento e despesas?  |     | •   |         |                 |
| e) Informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?  |     | •   |         |                 |

|  |  |   |  |  |
|--|--|---|--|--|
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?  |  | • |  |  |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?                           |  | • |  |  |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?                                    |  | • |  |  |
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação? |  | • |  |  |

**Pontuação total: 02/20**

## CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

**O seguinte pedido de informação foi enviado à Direcção Nacional do Tesouro:**

- Qual foi a fonte de proveniência do crédito de 3.8 mil milhões de meticais contraído para o financiamento dos X Jogos Africanos, realizados em Setembro de 2011, em Maputo?
- Qual foi o destino dado aos valores remanescentes (não aplicados), correspondentes a 56%, uma vez que a execução foi de 44%?

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?           |     | •   |         |   |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?  |     | •   |         |   |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?  | •   |     |         |   |
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?            |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  | •   |     |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     | •   |     |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? | •   |     |         |   |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             |     | •   |         |   |
| 10. A informação recebida era clara e compreensível?   | •   |     |         |   |

**Total Score: 10/16**

## 5. MAPUTO SUL

### CATEGORIA 1: SITE

<http://www.maputosul.co.mz>

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação |
|---|-----|-----|---------|-----------------|
| 1. O site contém informações actualizadas?  | •   |     |         |                 |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |                 |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? | •   |     |         |                 |



|  |   |   |   |                                  |
|--|---|---|---|----------------------------------|
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?                      | • |   |   |                                  |
| c) Relatórios, políticas, programas?   | • |   |   |                                  |
| d) Orçamento e despesas?   |   | • |   |                                  |
| e) informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?                                 |   | • |   |                                  |
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?  | • |   |   |                                  |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?                           |   |   | • | Não tem horário de funcionamento |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?                                    |   | • |   |                                  |
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação? | • |   |   |                                  |

**Pontuação total: 13/20**

## CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

**O seguinte pedido de informação foi enviado à empresa pública Maputo-Sul:**

1. O projecto inicial da Estrada Circular de Maputo e os respectivos custos
2. O projecto final da mesma estrada e os respectivos custos
3. O contrato de adjudicação das obras à construtora da circular
4. O contrato de concessão para construção da ponte Maputo-Catembe

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?           |     | •   |         |   |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?  |     | •   |         |   |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?  |     | •   |         |   |
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?            |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  |     | •   |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     |     | •   |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             |     | •   |         |   |
| 10. A informação recebida era clara e compreensível?   |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |

**Total Score: 0/16**

## 6. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### CATEGORIA 1: SITE

<http://www.mpd.gov.mz>

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação                        |
|---|-----|-----|---------|--|
| 1. O site contém informações actualizadas?  | •   |     |         |  |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |  |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? | •   |     |         |  |
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?   | •   |     |         |  |
| c) Relatórios, políticas, programas?  | •   |     |         |  |
| d) Orçamento e despesas?  |     | •   |         |  |
| e) informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?  |     | •   |         |  |
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?   |     | •   |         |  |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?  |     |     | •       | Não apresenta horário de funcionamento |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?   |     | •   |         |  |
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?  | •   |     |         |  |

Pontuação total: 11/20

### CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado ao Ministério das Finanças:

1. Informação sobre a relação das dívidas externas contraídas, por ano, pelo Governo no período 2008-2014 e as respectivas fontes da sua proveniência
2. Todos os relatórios de auditorias feitas às instituições públicas em 2016.

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?           |     | •   |         |   |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?  |     | •   |         |   |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?  |     | •   |         |   |
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?            |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  |     | •   |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     |     | •   |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             |     | •   |         |   |

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação                  |
|--|-----|-----|---------|----------------------------------|
| 10. A informação recebida era clara e compreensível? |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação |

**Total Score: 0/16**

## 7. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS

### CATEGORIA 1: SITE

<http://www.moph.gov.mz>

Os resultados da avaliação feita no site do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos devem considerar que, nos dias 28 e 29 de Agosto, altura em que se fez a análise dos sites, o site desta instituição, embora acessível, não disponibilizava nenhuma informação relevante uma vez estar em manutenção, conforme o alerta público no *website*.

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação |
|---|-----|-----|---------|-----------------|
| 1. O site contém informações actualizadas?  |     | •   |         |                 |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |                 |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? |     | •   |         |                 |
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?   |     | •   |         |                 |
| c) Relatórios, políticas, programas?  |     | •   |         |                 |
| d) Orçamento e despesas?  |     | •   |         |                 |
| e) informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?  |     | •   |         |                 |
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?   |     | •   |         |                 |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?  |     | •   |         |                 |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?   |     | •   |         |                 |
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?  |     | •   |         |                 |

**Pontuação total: 0/20**

### CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

**O seguinte pedido de informação foi enviado ao Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos:**

1. A acta de adjudicação da Obra Guijá-Chicualacuala ao empreiteiro e ao fiscal
2. Os respectivos contratos celebrados
3. As causas da paralisação das obras

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação |
|--|-----|-----|---------|-----------------|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação? |     | •   |         |                 |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?                                      |     | •   |         |                 |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?                                  |     | •   |         |                 |

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?            |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  |     | •   |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     |     | •   |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             |     | •   |         |   |
| 10. A informação recebida era clara e compreensível?   |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |

**Total Score: 0/16**

## 8. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### CATEGORIA 1: SITE

[http:// http://www.mtc.gov.mz/](http://www.mtc.gov.mz/)

Embora o site do Ministério dos Transporte e Comunicações seja identificado, enquanto um endereço que existe, nos dois dias de análise dos sites, 20 e 29 de Agosto, ele não se encontrava em funcionamento.

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação |
|---|-----|-----|---------|-----------------|
| 1. O site contém informações actualizadas?  |     | •   |         |                 |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |                 |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? |     | •   |         |                 |
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?   |     | •   |         |                 |
| c) Relatórios, políticas, programas?  |     | •   |         |                 |
| d) Orçamento e despesas?  |     | •   |         |                 |
| e) informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?  |     | •   |         |                 |
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?   |     | •   |         |                 |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?  |     | •   |         |                 |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?   |     | •   |         |                 |
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?  |     | •   |         |                 |

**Pontuação total: 0/20**

## CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado ao Ministério dos Transportes e Comunicações:

- O contrato assinado entre o governo de Moçambique e a empresa *StarTimes International*, seleccionada em 2014, para operacionalizar o processo de Migração Digital em Moçambique.

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?           |     | •   |         |   |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?  |     | •   |         |   |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?  | •   |     |         |   |
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?            |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  |     | •   |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     | •   |     |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? |     |     | •       |   |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             | •   |     |         |   |
| 10. A informação recebida era clara e compreensível?   |     |     | •       |   |

**Total Score: 8/16**

## 9. MISSÃO MOÇAMBIQUE

### CATEGORIA 1: SITE

Na busca realizada, não se encontrou nenhum site da Missão Moçambique, nem registo de informações publicadas sobre a instituição em outros sites que permitissem alguma busca. Tendo-se, por isso, concluído que a instituição não tem nenhuma página web.

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação |
|---|-----|-----|---------|-----------------|
| 1. O site contém informações actualizadas?  |     | •   |         |                 |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |                 |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? |     | •   |         |                 |
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?   |     | •   |         |                 |
| c) Relatórios, políticas, programas?  |     | •   |         |                 |
| d) Orçamento e despesas?  |     | •   |         |                 |
| e) informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?  |     | •   |         |                 |
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?   |     | •   |         |                 |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?  |     | •   |         |                 |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?   |     | •   |         |                 |

| n = 20   | Sim | Não | Parcial | Mais informação |
|--|-----|-----|---------|-----------------|
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação? |     | •   |         |                 |

**Pontuação total: 0/20**

## CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

### O seguinte pedido de informação foi enviado à Missão Moçambique:

1. O relatório global dos X Jogos Africanos realizados em Setembro de 2011 e os respectivos anexos
2. O relatório financeiro dos X Jogos Africanos realizados em Setembro de 2011 e os respectivos anexos
3. Todas as actas de adjudicação das obras referentes aos X Jogos Africanos e prestação de serviços
4. O relatório de Auditoria aos X Jogos Africanos
5. Os contratos da construção da Vila Olímpica e da Piscina Olímpica

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?           |     | •   |         |   |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?  |     | •   |         |   |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?  |     | •   |         |   |
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?            |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  |     | •   |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     |     | •   |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     | •   |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             |     | •   |         |   |
| 10. A informação recebida era clara e compreensível?   |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |

**Total Score: 0/16**

## 10. TRANS AFRICAN CONCESSIONS

### CATEGORIA 1: SITE

<http://www.tracn4.co.za/>

A TRAC, sendo uma multinacional sul-africana, operando em Moçambique, tem um site global, no qual tem uma secção sobre Moçambique (<http://www.tracn4.co.za/moz-home.html>), com informação institucional em Português. Esta informação traz elementos institucionais gerais sobre a responsabilidade social da empresa, actualizações sobre preços e reparações das vias, mas nenhum elemento agregado sobre os relatórios e rendimentos da empresa.

| n = 20  | Sim | Não | Parcial | Mais informação  |
|---|-----|-----|---------|--|
| 1. O site contém informações actualizadas?  |     |     | •       |  |
| 2. O site contém o seguinte:  |     |     |         |  |
| a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração? | •   |     |         |  |
| b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?   |     | •   |         |  |
| c) Relatórios, políticas, programas?  |     |     | •       | Esta informação existe, mas num âmbito geral da empresa, não especificamente na secção em português nem sobre Moçambique, especificamente. |
| d) Orçamento e despesas?  |     | •   |         |  |
| e) informação sobre procedimentos de aquisição, contratos assinados?  |     | •   |         |  |
| f) Procedimentos relativos a vagas e contratação?   |     | •   |         |  |
| g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?  | •   |     |         |  |
| h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?   |     | •   |         |  |
| i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?  | •   |     |         |  |

**Pontuação total: 8/20**

## CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

### O seguinte pedido de informação foi enviado à empresa Trans African Concessions:

- O contrato de concessão da Estrada Nacional N4 que liga Maputo e África do Sul que a TRAC celebrou com o Governo Moçambicano
- O valor que a TRAC recebeu do Estado Moçambicano entre 2010 e 2016 como subsídio para congelar o agravamento anual de preços de portagem, conforme está contratualmente estabelecido.

| n = 16   | Sim | Não | Parcial | Mais informação   |
|--|-----|-----|---------|---|
| 1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?           |     | •   |         |   |
| 2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?  |     | •   |         |   |
| 3. A instituição respondeu ao pedido de informação?  |     | •   |         |   |
| 4. A autoridade publica os seus procedimentos para lidar com pedidos de informação?            |     |     |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 5. A instituição facultou toda a informação solicitada?  |     | •   |         |   |
| 6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?                     |     | •   |         |   |
| 7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?   |     | •   |         | Decidimos não avaliar este indicador devido à falta de tempo para solicitar entrevista e fazer a verificação das informações. |
| 8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente? |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |
| 9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?             |     | •   |         |   |
| 10. A informação recebida era clara e compreensível?   |     | •   |         | Não recebemos nenhuma informação  |

**Total Score: 0/16**

## RESUMO

| Instituição  | Website | Pedido de informação | Pontuação total |
|--|---------|----------------------|-----------------|
| Banco de Moçambique  | 13      | 0                    | 13              |
| Direcção Nacional de Tesouro                                 | 06      | 0                    | 06              |
| Electricidade de Moçambique                                  | 12      | 0                    | 12              |
| Fundo de Promoção Desportiva                                 | 02      | 12                   | 14              |
| Maputo Sul   | 13      | 0                    | 13              |
| Ministério das Finanças                                      | 11      | 0                    | 11              |
| Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos | 0       | 0                    | 0               |
| Ministério dos Transportes e Comunicações                    | 0       | 8                    | 8               |
| Missão Moçambique  | 0       | 0                    | 0               |
| Trans African Concessions                                    | 8       | 0                    | 8               |

## CONCLUSÃO DO ESTUDO

Os resultados do Estudo mostram que Moçambique ainda tem um enorme desafio pela frente no que diz respeito ao acesso à informação, num contexto de instituições com uma pesada herança do período do partido único, em que a cultura do secretismo, do medo e do centralismo eram as características predominantes. Embora o monopartidarismo tenha sido abandonado há 24 anos, as suas marcas ainda prevalecem vivas. A gestão de informação continua centralizada.

No que diz respeito aos sites, um instrumento definido como fundamental para a disponibilização proactiva da informação, notou-se que, mesmo no caso de instituições com informação actualizada, esta refere-se a eventos, legislação e estrutura de funcionamento; não havendo informação sobre contratos e de prestação de contas sobre as actividades desenvolvidas. Em dois casos, instituições públicas como o *Fundo de Promoção Desportiva*, e *Missão Moçambique* que, sendo autónomos deveriam ter os seus próprios sites, não os têm; no caso do *Ministério dos Transportes e Comunicações*, o site encontrava-se fora de serviço.

Os resultados revelam que em Moçambique o acesso a informação é ainda uma miragem. Das instituições às quais foram encaminhados pedidos de informação, apenas duas, embora com atraso, responderam ao pedido. Trata-se de *Fundo de Promoção Desportiva* e do *Ministério dos Transportes e Comunicações*. No caso da primeira, foi pedida a informação menos polémica e se calhar a informação que menos pode interessar ao público quando comparado com a informação pedida às outras instituições. No caso específico do *Ministério dos Transportes e Comunicações* a resposta feita foi no sentido de rejeitar o pedido, usando como justificação para a sua decisão o facto de que o contrato entre Moçambique e a *StarTimes International* estar revogado e, neste momento, estar em processo um concurso público para a selecção de um novo parceiro. Das restantes instituições, nenhuma respondeu nem acusou a recepção dos pedidos, muito menos deu satisfação. É verdade que a lei do direito à informação é muito nova, o que pode servir de atenuante, mas isso não justifica que as instituições nem sequer acusam a recepção dos pedidos.

Um dos problemas constatados é que as instituições ainda não criaram os necessários mecanismos para agilizar o processo de disponibilização de informação. Ou seja, o governo ainda não criou condições para que o exercício do direito à informação seja uma realidade, dado que as instituições públicas e privadas, detentoras de informação do interesse público, ainda não têm condições para a plena implementação da Lei.

## A INSTITUIÇÃO PÚBLICA MAIS FECHADA EM MOÇAMBIQUE

No cômputo geral, o ambiente do acesso à informação é ainda fechado. As instituições não se mostram dispostas nem com vontade de atender pedidos ou facultar informação ao cidadão. Por outro lado, algumas destas instituições conjugam a falta de respostas aos pedidos com a falta de presença na Internet ou com *websites* inoperacionais. Duas instituições em Moçambique, nomeadamente o *Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos* e *Missão Moçambique* tiveram uma pontuação de zero pontos.

Estas instituições não acusaram a recepção dos pedidos, não responderam, nem deram nenhuma satisfação, seja por email, por carta dirigida ao MISA ou pelos contactos telefónicos disponibilizados. Por outro lado, uma ao que consta não tem presença online e no caso da outra, o website contém informações e classificações incipientes, demonstrando pouca proactividade e abertura na disponibilização de informação pública.

No entanto, o primeiro tem um site operacional, que coincidentemente estava em manutenção aquando da avaliação. Assim sendo, a instituição galardoada com o *Prémio Cadeado de Ouro 2016*, por ainda não cumprir os padrões mínimos na



divulgação de informação ao público, é a **Missão Moçambique**.

## A INSTITUIÇÃO PÚBLICA MAIS ABERTA EM MOÇAMBIQUE

Neste capítulo não há muito a dizer. O Fundo de Promoção Desportiva, embora tenha respondido o pedido em 23 dias, mais dois que o período fixado pela lei (21 dias), foi a instituição que respondeu ao pedido. O *Fundo de Promoção Desportiva* disponibilizou toda a informação sobre receitas e despesas do Estádio Nacional de Zimpeto no período entre 2011 e Junho de 2016; e disponibilizou igualmente as receitas e despesas da Piscina Olímpica de Zimpeto para o mesmo período.

Embora o Banco de Moçambique não tenha respondido aos pedidos, afigura-se com o site mais actualizado e com informação relevante; por outro lado, o *Ministério dos Transportes e Comunicação*, respondeu ao pedido, mas sem a informação solicitada e com o site fora de serviço, nas datas indicadas para a sua análise; o *Fundo de Promoção Desportiva* foi a única instituição que disponibilizou a informação, no entanto, dispõe de pouquíssima informação online, perdendo pontos para se habilitar à categoria do Prémio Chave de Ouro.

Analisando as deficiências e como todas as instituições avaliadas em Moçambique ficaram abaixo da média, o MISA Moçambique decidiu por isso não atribuir o Prémio Chave de Ouro, optando por indicar uma instituição para uma Menção Honrosa. Duas instituições, nomeadamente o *Banco de Moçambique* e do *Fundo de Promoção Desportiva* destacaram-se como candidatos nesta categoria.

No entanto, em reconhecimento da boa vontade em honrar o direito de acesso à informação e com pontos em ambas as categorias, a Menção Honrosa é atribuída ao **Fundo de Promoção Desportiva**.

## RECOMENDAÇÕES

1. Dar seguimento aos pedidos feitos, elaborando recursos dirigidos ao superior hierárquico, e em caso de não haver resposta ou a resposta não for satisfatória seguir para a impugnação judicial, até ao fecho do processo
2. Elaborar um plano para sensibilização das instituições detentoras de informação pública de modo a abandonar a cultura do secretismo e do medo
3. Sensibilizar os jornalistas e o público para a necessidade de fazer uso da lei para pedidos de informação
4. Auxiliar o governo na criação de mecanismos que facilitem o acesso à informação
5. Alargar para 20 o número de instituições a serem avaliadas
6. Incluir na avaliação instituições das circunscrições distritais e dos postos administrativos



# MOZAMBIQUE

## English Summary

### INTRODUCTION

Mozambique approved a new Constitution in 2004, which provides for the right to information in Article 48. Though such a right was already provided for in the 1990 Constitution, the promulgation of the new base law inspired MISA Mozambique to submit a draft to Parliament proposing a law on the right to information. This proposal lay untouched for 9 years and only after much lobbying by civil society did the National Assembly initiate a process of public hearings on the matter. Under pressure from civil society, a bill was eventually tabled and a law was finally promulgated on December 31, 2014. The law remained unimplemented for a year until the regulations were approved on December 31, 2015.

So in effect, the current study has been conducted eight months since legislation made it possible for the public to consult information held by public institutions. At the same time, the researchers assert that the weight of the legacy of the one-party era, though it made way for a multi-party system 24 years ago, is still felt in the culture of secrecy, fear and centralism, predominant features of that era.

Since the introduction of the legislation, it does not yet seem to have changed the environment of access to information in Mozambique. The perception among civil society organisations, journalists and research institutions is that the law is not yet fully implemented, which makes it difficult to exercise the right of access to information. Apart from the state's inability to respond promptly with human and financial resources, there are a number of obstacles to full implementation of the law. These include: information officers in each institution holding public information that are meant to handle requests for information; the poor state of archives at these institutions; the lack of political will to implement the law; the culture secrecy, fear and centralism, among other factors.

In 2016, the Danish NGO IBIS signed a memorandum of understanding with the Government, through the Ministry of State Administration and Civil Service (MAEFP) for a three-year programme of capacity-building for civil servants and other government agents in matters related to the right of access

to information and the use of information and communication technologies in the provision of access to information.

So far, not much is available in terms of data on openness or lack thereof at institutions holding information of public interest. One study conducted earlier this year by two Mozambican NGOs querying 49 entities, unfortunately does not provide detailed information to enable the extraction of data.

It is interesting to note that Mozambican legislation on access to information applies also to private entities which, in terms of legislation or a contract, perform activities of public interest and/or benefit from public resources and which hold information of public interest.

### SUMMARY OF KEY FINDINGS

On conclusion of the survey, it would appear that Mozambique still has a long way to go. This is in part seen as a legacy of 24 years of one-party rule.

For the purposes of this study, the institutions were evaluated on:

- The degree of difficulty in exercising the right to access information;
- The time taken to respond to queries; and
- The type of information available on the website as well as how updated it is.

#### Category 1: Website Analysis

With one exception (*Missão Moçambique*), the institutions that were part of the study are present online; however, although some are autonomous bodies (*Fundo de Promoção Desportiva*), they do not have their own websites, but rather a section or page on the site of the ministry under which they fall. The researchers deem it noteworthy that the sites of key public institutions, for example the Ministry of Transport and Communications,

was out of service. Websites do have information, but not really anything that might pique the interests of the public.

- There is little relevant information linked to accountability.
- This information is not updated.
- In many cases there is general information about events and institutional documents on organisational structure.
- In some cases, there are documents, such as reports and studies of public interest.
- Presence on social media is limited or non-existent.

### Category 2: Requests for Information

Researchers are of the opinion that although the law on the right to information is very new and can be accepted as a mitigating factor, it does not justify that institutions did not even acknowledge receipt of the requests for information. At the same time, it is noted that there is no evidence that these institutions have put in place any mechanisms to facilitate the process of making information available. The researchers conclude that the government has not created the required conditions for the exercise of the right to access public information.

These are some of the more pertinent findings:

- None of the institutions responded within the 21 days established by law;
- Only one institution responded to the request, doing so after 23 days, i.e. two days after the limit established by law;
- Most of the institutions that accepted to be visited do not have information files in an organised fashion.

## THE MOST OPEN PUBLIC INSTITUTIONS IN MOZAMBIQUE

All of the institutions assessed in Mozambique scored below average. MISA Mozambique thus decided to not to award a Golden Key, but rather to select one institution for an Honorary Mention. Two institutions, namely the *Banco de Moçambique* and the *Fundo de Promoção Desportiva* stood out as contenders in this category.

However, in recognition of its willingness to reply and with points in both categories, the Honorary Mention goes to the *Fundo de Promoção Desportiva*.

## THE MOST SECRETIVE PUBLIC INSTITUTIONS IN MOZAMBIQUE

Two institutions in Mozambique, namely the *Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos* (Ministry of Public Works, Housing and Water Resources) and *Missão Moçambique* had a zero score. However, the former has a working website, which coincidentally was under construction at the time of the review.

The recipient of the Golden Padlock Award for 2016 is the *Missão Moçambique*.

(Please note that MISA Mozambique marked respondents on 8 criteria instead of 10 in the information request analysis ; therefore category 2 is marked out of 16 instead of 20 as in the regionally applied methodology.)